

O TURISMO E A QUESTÃO AMBIENTAL NA ILHA DE SANTA CATARINA*

Helton Ricardo Ouriques**

Olhando-se atentamente para a história da humanidade, pode-se sem maiores dificuldades perceber o quanto os dois últimos séculos foram marcados por assombrosas mudanças, geradas pela divisão do trabalho. Mundializou-se o fato social "troca mercantil" ao ponto de dominar praticamente todos os cantos do planeta.

E isso realizou-se através "da sujeição das forças da natureza ao homem, do maquinário, da aplicação da química à agricultura e à indústria, da navegação a vapor, das estradas de ferro, do telégrafo, da devastação de continentes inteiros para cultivo, da canalização de rios, do surgimento de populações inteiras como por encanto" (Marx e Engels, 1952, p.25). Mas o auge desta revolução foi e é o século XX, onde a sociedade mercantil evoluiu mil anos em cem. O século do surgimento do modelo fordista (anos 10) que, utilizando os princípios tayloristas racionalizou as tecnologias existentes com o detalhamento sem precedentes da divisão do trabalho: fixando o trabalhador numa só posição, para realizar sua tarefa, os ganhos de produtividade elevaram-se espantosamente. Ford era um homem de visão, pois tinha "... o conhecimento explícito de que produção de massa (sic) significava consumo de massa (sic), um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista" (Harvey, 1993, p.121).

*Trabalho apresentado na disciplina de Análise da Qualidade Ambiental, ministrada pelo Prof. Luiz Fernando Scheibe e com a colaboração dos professores Celito José Israel e Maria Dolores Buss.

**Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Geografia da UFSC.

Contudo, este modo de produção que indubitavelmente trouxe o bem-estar dos eletrodomésticos, da comunicação e da infra-estrutura urbana, criou problemas ambientais gravíssimos para a própria humanidade, como o efeito estufa, o buraco na camada de ozônio, o acúmulo de lixo tóxico, as chuvas ácidas, a poluição do ar e da água, etc; a tal ponto de despertar "a tomada de consciência de que não é mais possível continuar como antes" (Lipietz, 1992, p.207). Admite-se que já não se pode mais encarar os recursos naturais como inesgotáveis e que é necessário um uso mais equilibrado e honesto do que a natureza oferece ao homem, que aliás faz parte da mesma.

Apesar da emergência da problemática ambiental, o modelo ocidental continua sua marcha, mais forte do que nunca, devido à vitória dos princípios do mercado nos anos oitenta. E assim, "todo o esforço de crescimento econômico nos países do Terceiro Mundo almeja, em última instância, reproduzir os padrões de vida, e portanto, de consumo, dos países de capitalismo avançado" (Martine, 1993, p.38).

E assim, em virtude de sua própria necessidade de expansão, o mundo das mercadorias foi criando uma série de novas necessidades, de mercadorias e, portanto, de ramos de atividade econômica, para produzir e reproduzir a acumulação de capital. O turismo, um desses ramos de atividade, que embora remonte à antiguidade greco-romana, teve um crescimento extraordinário nas últimas décadas, podendo-se afirmar que se desenvolveu com o advento da sociedade capitalista e, particularmente, com a generalização do seu padrão de consumo após a Segunda Guerra Mundial. Hoje é a atividade econômica que mais cresce no mundo, o que faz com que "... ocupe lugar entre os três segmentos mais importantes do comércio mundial, juntamente com o petróleo e a indústria automobilística" (Trigo, 1993, p.65). As previsões dão conta de que tende a superar estas últimas, tornando-se, "... antes do final deste século, na principal atividade de exportação, transferência de divisas e geração de empregos em todo o planeta" (Pellegrini Filho, 1993, p.134).

Turismo que popularizou-se nos países desenvolvidos como uma gigantesca máquina de reconstituição: com salários e tempo livre maiores, os trabalhadores dos países mais desenvolvidos partiram, graças em grande parte ao marketing turístico, em busca do relaxamento e do descanso, para recarregar as baterias perdidas em um ano de trabalho estafante. Além disso, representa uma fuga, "... uma fuga em massa face às realidades cotidianas, em direção ao reino imaginário da liberdade" (Krippendorf, 1989, p.51).

A partir disso, nos países periféricos, em virtude de suas paisagens exóticas e paradisíacas, a atividade turística tomou impulso: grandes levas de europeus e norte-americanos, principalmente, invadiram recantos inusitados com o intuito de curtirem as férias em "... sonhos que são transformados em

prestações e amarrados em pacotes de viagens pelos fabricantes do lazer, e a seguir comercializados pelo marketing agressivo dos vendedores de paraíso. Ofertas sedutoras, férias de livros ilustrados" (Krippendorf, 1989, p.67). E assim são consumidos o sossego, o clima, a paisagem e os povos estrangeiros, num vínculo meramente material entre visitantes e visitados que, embora em muitos casos detestem os turistas, precisam do seu dinheiro, por este ser a síntese social do mundo.

É dentro desta lógica, que nos anos oitenta, desponta o turismo na Ilha de Santa Catarina. Turismo que manifestou-se com todo gás graças a uma interessante investida uníssona do capital privado, do Estado e da própria população local, no sentido da promoção da mercadoria-base em questão: a natureza privilegiada da Ilha. E assim, a paisagem da orla marítima, como resultado do agir humano, adquiriu e adquire uma nova fisionomia, através da construção de condições mais propícias à valorização do capital: abertura e pavimentação de vias de acesso, loteamentos, hotéis, restaurantes etc.

E é nesta base que também se desenvolve expressivamente uma das mais ricas alternativas de exploração capitalista: a renda da terra. Afinal, "... o turismo significa valorização e venda de terrenos e, conseqüentemente, especulação imobiliária. Significa aceleração do processo de transformação de hábitos e costumes e também introdução de novas práticas como o aluguel de casas..." (Lins, 1991, p.193). É perceptível um movimento de modificação do modo de viver das comunidades pesqueiro-artesanais, que vão sendo substituídas, conforme apontado em alguns estudos (Moretto Netto; Lins) pela média e alta classes do centro urbano florianopolitano e "externo", no que tange à posse e propriedade da terra.

É fato marcante o crescimento do setor imobiliário nos últimos anos, certamente em razão direta da expansão turística local. Mas o local também relaciona-se ao global e, em muitas circunstâncias, espelha situações deste. Bouhdiba, ao analisar o turismo na Tunísia, aponta que a "especulação imobiliária permite o surgimento de uma nova classe de proprietários, mas apesar dos esforços do governo para preservar o lugar e manter certo equilíbrio sócio-econômico, a população local não se tem beneficiado das vantagens que certos empresários tunisianos e alguns estrangeiros têm sabido aproveitar" (Bouhdiba, 1981, p.4). Krippendorf estuda o fato turístico nos Alpes e percebe: "As pessoas da cidade levam sua escala de valores própria. Fortalecidas pelo dinheiro e nível educacional (...) elas se sentem superiores e se apropriam do espaço rural com fins comerciais e recreativos. A paisagem e os homens se tornam bens de consumo" (Krippendorf, 1989, p.100-1).

Ora, estes relatos servem perfeitamente para ajudar a elucidação do processo aqui em questão. E se a idéia de que o turismo tem como base a

expansão imobiliária é passível de críticas "... pela desconsideração de que é a própria natureza a base turística local" (Lins, 1991, p.203), não se pode esquecer que a mesma insere-se na lógica consumista selvagem prevalecente ainda no mundo dito moderno. Seria ingenuidade desconsiderar a busca do lucro rápido como fator determinante desta concepção, não importando os meios encontrados para o ato social de acumular. E cada vez mais vai sendo modificada a paisagem do contorno da Ilha de Santa Catarina, com a ocupação humana, através da proliferação de um grande número de edificações que vão, pouco a pouco, imprimindo um novo ritmo, pautado pela urbanização, planejada ou não, do espaço das praias florianopolitanas.

Contudo, esta é uma lógica contraditória, criadora e reprodutora das condições de sua própria eliminação. Afinal, paralelamente ao desenvolvimento turístico, mas não só determinados por este, manifestam-se problemas de toda ordem: começando pela queda de balneabilidade das praias no decorrer dos anos oitenta e início dos noventa, conforme relatórios da FATMA, como consequência direta do despejo dos esgotos sanitários diretamente ao mar por parte dos usuários e usurários das mesmas; passando pelos problemas de abastecimento de água e energia nas altas temporadas, já causadores de colapsos de abastecimento na praia "argentina" de Canasvieiras, por exemplo; e terminando (mas não esgotando o rol de problemas) pela já citada descaracterização da orla marítima. Este último ponto é reforçado porque parece uma incongruência o desmatar as áreas próximas ao mar e ocupar as dunas para a construção de casas e edifícios, na medida em que isto afeta o ambiente destruindo a beleza natural das praias, que são o atrativo principal do próprio turismo local.

Mesmo neste quadro problemático, insinua-se grandes empreendimentos turísticos na Ilha. Os mais recentes dizem respeito à criação de quatro marinas na capital. Um deles teria início das obras previstas para o ano de 1994 e seria bancado por um dos maiores grupos empresariais catarinenses, a holding Portobello, e deveria dar novo status à Barra da Lagoa, segundo jornal de circulação estadual (DC, 08/08/1993). O que era uma vila de pescadores passaria a receber iates e "... novo fluxo turístico, numa área de 130 mil metros quadrados, onde serão construídos um porto de lazer, duas vilas habitacionais, conjunto de apartamentos e um centro esportivo" (p.7). Este projeto exemplifica uma tendência geral de capitalização da orla marítima, como mercadoria de consumo seletivo ou de massa, conforme a conveniência. Assim, desenha-se um quadro desalentador para o futuro das classes subordinadas (especialmente as comunidades pesqueiro-artesanais e estratos de menor poder aquisitivo da chamada área metropolitana), na medida em que poderão se encontrar privados do lazer, seja pela privatização

do espaço, seja pela inadequação do uso do mesmo pela poluição, o que poderá levar ao extremo de se sair da Ilha para usufruir de um simples banho de mar (para quem puder, é claro), por exemplo; ao mesmo tempo em que tendem a ser explorados continuamente pelos subempregos na alta estação nos setores ligados às atividades turísticas, situação já existente não só em Florianópolis como em outros cantos do Planeta, conforme assinalado por Bouhdiba (1981), Krippendorf (1989) e Lins (1991); já citados, e por Madeley (1987).

Deve-se ressaltar que realmente não se pode creditar ao turismo a responsabilidade total pela exacerbação dos problemas ambientais na Ilha de Santa Catarina. Reconhecidamente, os problemas ambientais são anteriores à expansão do fato turístico. Contudo, embora a degradação dos elementos do sistema de sustentação natural da Ilha de Santa Catarina já venha ocorrendo há muito tempo, alguns destes elementos, como os promontórios, as restingas e as dunas, têm sofrido uma pressão intensa de ocupação urbana, diretamente relacionada à expansão turística. Assim, embora perca de longe para outros elementos poluentes do mundo moderno (como as indústrias sujas, os automóveis e os lixos doméstico e industrial) o turismo traz consigo, particularmente para o espaço aqui em questão, grandes indícios de comprometimento da qualidade ambiental, em virtude da maneira como vem se desenvolvendo: desordenadamente, destruindo o contorno da Ilha, e extrapolando a própria capacidade de absorção infraestrutural local, conforme colocado anteriormente.

É imperativo destacar ainda que o problema da conservação dos recursos naturais tem preocupado setores da sociedade, alarmados com as modificações abruptas da paisagem. Tratam-se, em sua maior parte, de defensores (conscientes ou não), da Ecologia Convencional, assim classificada por Maimon (1992, p.23), e caracterizada pela preocupação unicamente ecossistêmica, abstraindo o elemento humano, enquanto a Economia Convencional baseia-se na busca do lucro e, portanto, na mercantilização da natureza. Acontece que a visão ecológica só difere da econômica, essencialmente, no que tange ao seu objeto de preocupação, porque o impulso que as move é o mesmo: a maximização da conservação das espécies de um lado e do lucro/utilidade do outro. Esta primeira peca pelo seu idealismo simplório, ao ver a paisagem como algo estanque e o homem separado da natureza, em oposição à mesma, como se a primazia ecológica pura e simples fosse solução para os problemas da Ilha de Santa Catarina ou de qualquer outro lugar.

Na verdade, deve-se partir de uma outra perspectiva, diversa desses dois antagonismos de aparências. Deve-se enxergar o homem intimamente ligado à

natureza e não em oposição a ela. Simplesmente porque o homem é natureza, pois dizer "... que a vida física e espiritual do homem estão ligadas com a natureza não tem outro sentido senão o de que a natureza está ligada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza" (Marx, 1968, p.111). Assim sendo, o "destruir" a paisagem da orla marítima da Ilha de Santa Catarina adquire também um novo entendimento, pois significa e reflete o próprio "destruir" do homem. E que homem é este? É o homem dividido, alienado da sociedade capitalista, que tem suas relações mediadas e coisificadas, expressas na materialidade do dinheiro, na lógica universal do lucro, da valorização do capital e desvalorização de si próprio.

É preciso ainda ter bem claro o "reconhecimento de que toda a atividade humana tem um custo ecológico a ela vinculado, o que significa que qualquer intervenção nos sistemas e processos naturais deve considerar a capacidade de sustentação, a elasticidade e a diversidade da base de recursos naturais" (Martine, 1993, p.172). Nesta perspectiva, aparecem como relevantes à investigação científica a atividade turística e a paisagem na Ilha de Santa Catarina, tendo como hipótese a idéia de que o movimento turístico, ao desenvolver-se socialmente da forma como vem se desenvolvendo, traz a tendência geral de criar as condições de sua própria destruição, enquanto potencializador da sócio-economia local, pelas contradições a ele inerentes e já em manifestação.

Referências Bibliográficas

- BONALD, Olímpio. **Turismo Tropical, Vocação Regional e Estratégia Imperialista**. Recife: UNICAP, Caderno 4, 1984. p.30-54.
- BOUHDIBA, Abdelwahad. Turismo de Massa e Tradições Culturais. **O Correio da Unesco**, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 4, p.4-8, abril de 1981.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993. 349p.
- IPUF. Ilha de Santa Catarina: Balneabilidade. Relatório Interno. Florianópolis, 1990. 10p.
- IPUF. Áreas de Preservação Permanente. Relatório Interno. Florianópolis, 1984. 21p.
- Jornal Diário Catarinense. Caderno de Turismo. Florianópolis, 08/08/1993, p.7-8.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. 235p.
- LAGE, Beatriz H.G. **Economia do Turismo**. Campinas: Papyrus, 1991. 122p.

- LINS, Hoyêdo Nunes. **A Sócio-Economia do Turismo (...)**. Florianópolis: Departamento de Economia, UFSC, 1991. 216p.
- LIPIETZ, Alain. **Uma Economia a Reconstruir**. In: BARRÈRE, martine (Coord.). **Terra, Patrimônio Comum**. São Paulo: Editora Nobel, 1992. p.205-217.
- MADELEY, John. **Turismo y Tercer Mundo**. In: **Desarrollo y Cooperación**. Boon: Fundación Alemana para el Desarrollo Internacional, n.2, 1987. p.4-5.
- MAIMON, Dália. **Ensaio sobre Economia do Meio-Ambiente**. Rio de Janeiro: APED, 1992. 149p.
- MARTINE, George (org.). **População, Meio-Ambiente e Desenvolvimento - Verdades e Contradições**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. 207p.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844**. Madrid: Alianza Editorial, 1968. p.51-119.
- MARX, Karl e ENGELS, F. **The Communist Manifesto**. Moscou, 1952. p.25.
- MORETTO NETO, Luís. **A Atividade Turística e o Desenvolvimento Sustentado (...)**. Florianópolis: UFSC, 1993. 677p. (Dissertação de Mestrado em Geografia)
- PELEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, Cultura e Turismo**. Campinas: Papyrus, 1993. 190p.
- Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Diagnóstico Atual do Sistema de Sustentação Natural**. Grupo para Assuntos do Meio-Ambiente. Florianópolis, setembro de 1988. 40p.
- TRIGO, Luiz G.G. **Turismo e Qualidade: Tendências Contemporâneas**. Campinas: Papyrus, 1993. 121p.